



Fundadores

Gustavo Justino de Oliveira
 Josenir Teixeira

Diretor

Josenir Teixeira

Coordenadores

Tomáz de Aquino Resende
 Bianca Monteiro da Silva

Conselho Editorial

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (DF)
 Fabrício Motta (GO)
 Fernando Antonio de Carvalho Dantas (AM)
 Fernando Borges Mânica (PR)
 Fernando Magalhães Modé (PR)
 Gustavo Justino de Oliveira (SP)
 Luziânia C. Pinheiro Braga (CE)
 Marcos Juruena Villela Souto (RJ) (in memoriam)
 Maria Nazaré Lins Barbosa (SP)
 Odete Medauar (SP)
 Paulo Modesto (BA)
 Rachel Pellizzoni da Cruz (DF)
 Rodrigo Pironi Aguirre de Castro (PR)
 Tarso Cabral Violin (PR)

© 2019 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
 www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

R454 Revista de Direito do Terceiro Setor : RDTS. – ano 1, n. 1.
 (jan./jun. 2007) – Belo Horizonte: Fórum, 2007 –

Semestral
 ISSN 1981-2493

1. Direito. 2. Terceiro setor. I. Fórum.

CDD: 340
 CDU: 34

Esta revista está catalogada em:

- Base RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)
- Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA)

Supervisão editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
 Pesquisa jurídica: Ézio Lacerda Júnior – OAB/GO 37.488
 Capa: Igor Jamur
 Projeto gráfico: Waiter Santos

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Contribuições sindicais – breve análise

Ana Gabriela Millo Alkmim Lopes, Leônidas Meireles Mansur Muniz de Oliveira 9

- 1 Introdução 9
 - 2 Da ausência de obrigatoriedade do recolhimento das contribuições sindicais após a vigência da Lei nº 13.467/2017 – aplicação estendida ao terceiro setor..... 10
 - 3 Conclusão 15
- Referências 15

“Lei Anticorrupção” (Lei nº 12.846, de 1ª de agosto de 2013). Reflexos no terceiro setor

Fábio da Costa Vilar..... 17

- 1 Introdução 17
 - 2 Responsabilização das pessoas jurídicas..... 20
 - 3 Responsabilidade dos administradores, dirigentes e sócios com poderes de administração 24
 - 4 Implementação de políticas de integridade (*compliance*) 28
 - 5 Considerações finais 33
- Referências 33

Da primazia pelo controle de resultados na Lei nº 13.019/14: uma análise sobre eficiência administrativa nas parcerias realizadas com Organizações da Sociedade Civil

Gabriela Oliveira Moura..... 37

- 1 Introdução 37
 - 2 Princípios da Administração Pública: eficiência e prestação de contas..... 38
 - 3 Administração Pública não estatal 40
 - 4 Lei nº 13.019/2014 41
 - 5 O dever de prestar contas sob a ótica da eficiência norteada pela efetividade do objeto, uma busca pela verdade real 43
 - 6 Conclusão 48
- Referências 49

O Terceiro Setor e os setores público e privado

Gabriela Sales de Oliveira..... 53

- 1 Introdução 53
 - 2 Público e privado: a dicotomia clássica 54
 - 3 Terceiro Setor e o problema das fronteiras entre os setores 57
 - 4 Considerações finais 61
- Referências 62

O acesso à função jurisdicional e a gratuidade judiciária às entidades do Terceiro Setor	
João Carlos Salles de Carvalho	65
1 Introdução	65
2 As entidades do Terceiro Setor e a prestação de serviços públicos em complementaridade com o Estado como fator excludente no custeio das taxas judiciárias	67
3 Conclusão	70

PARECER

O conflito normativo relativo à remuneração de dirigentes de entidades do Terceiro Setor	
João Carlos Salles de Carvalho	75
1 Introdução	75
2 O mito da completude e a legalidade como fator de legitimidade democrática	76
3 A solução da antinomia normativa da remuneração dos dirigentes	80
4 A segunda corrente: a remuneração de dirigentes estatutários deve limitar-se ao patamar de 70% com relação ao teto do Poder Executivo	84
5 Conclusão	85

Parecer

Marcella Cristina de Aguiar, Tomáz de Aquino Resende	87
1 Relatório	87
2 Fundamentação	88
3 Da análise sistemática da legislação	89
4 Da importância do plano de trabalho	90
5 Das prestações de contas	92
6 Da inserção de dados no SUCC	97
7 Da responsabilidade dos parceiros	98
8 Do monitoramento e avaliação	99
9 Conclusão	101

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal de Contas da União

TCU – Convênio – OSCIP – Termo de parceria – Atividades de organização e logística de eventos – Ausência de delimitação do objeto – Atividade-meio passível de ser licitada e prestada mediante contrato administrativo – Artigo 3º e 9º da Lei nº 9.790/1999 – Fuga à licitação configurada – Ausência de prestação de atividade finalística do Estado à população. Representação nº 006.134/2012-2	107
--	-----

Tribunal de Contas da União

Embargos de Declaração em Representação – Ilegalidade no repasse de recursos públicos federais oriundos da Lei nº 9.615/1998 a instituições desportivas incluídas no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (CEPIM) – Ausência de amparo legal para exigir que os repasses oriundos de loterias federais às entidades listadas no art. 22 da Lei nº 13.756/2018 sejam condicionados à verificação das normas aplicáveis à celebração de convênio. Embargos de Declaração em Representação nº 016.271/2017-3	129
---	-----

Tribunal de Contas da União

Representação – Contratação de empresa com fins lucrativos para a gestão de unidade de pronto atendimento – Natureza dos contratos – Contrato de gestão. Pedido de Reexame em Representação nº 027.635/2017-1	157
---	-----

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

A luta pela imunidade. Documento interno Cebraf. Uma contribuição do apoio jurídico das Federações do Rio, Minas Gerais, São Paulo e Paraná	175
1 Introdução	175
2 As origens do problema	176
3 A diferença entre imunidade tributária e isenção tributária	178
4 O artigo 146-CF	180
5 A decisão do STF	181
6 Quais instituições?	182
7 Quais são as ameaças?	183
8 Os embargos	184
9 A razão técnica da imunidade da cota patronal	185
10 Conclusão	187
Anexos – textos e extratos	188

LEGISLAÇÃO

LEI Nº 13.800, DE 4 DE JANEIRO DE 2019	215
LEI Nº 13.800, DE 4 DE JANEIRO DE 2019	225
LEI Nº 13.801, DE 9 DE JANEIRO DE 2019	227
LEI Nº 13.805, DE 10 DE JANEIRO DE 2019	229
LEI Nº 13.832, DE 4 DE JUNHO DE 2019	231
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 890, DE 1º DE AGOSTO DE 2019	233
DECRETO Nº 9.937, DE 24 DE JULHO DE 2019	241
DECRETO Nº 9.947, DE 31 DE JULHO DE 2019	245

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	247
----------------------------------	-----